

Cimi quer terra sem violência

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou esta semana o seu texto-base para a Semana do Índio do próximo ano. Sob o título "Terra sim, violência não", pretende o Cimi aprofundar as reflexões e as ações que foram promovidas no ano passado em torno do lema "paz e terra para os povos indígenas".

O texto é um desdobramento da Campanha da Fraternidade/83 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Fraternidade sim, violência não), ressaltando elementos específicos da pastoral indigenista. Nesse sentido, a garantia da terra aos povos indígenas e a condição da paz e fraternidade para com a sociedade nacional.

Afirma o documento que a causa principal da violência contra os povos indígenas brasileiros é "a cobiça das suas terras". Assim, a semana do índio em 1983 tem dois alvos específicos: o primeiro são os "homens de boa vontade" (os cristãos) e a Igreja Católica com suas comunidades; e o outro são os povos indígenas como proposta para conter a violência da sociedade nacional. Para isso, o Cimi enviou seu texto-base às comunidades cristãs de todo o país, bem como a todas as comunidades indígenas.

A proposta do Cimi é no sentido de que a "Semana do Índio" se constitua em uma semana de conscientização dirigida a todo um país batizado, que se diz católico, e que é ao mesmo tempo, o que chama de "terra de missão".

Como elemento maior de injustiça contra os indígenas nacionais, o Cimi aponta a "distribuição desigual dos bens da sociedade que gera uma pirâmide de violência. Na base desta pirâmide estão os povos indígenas, que, muitas vezes, são declarados duplamente, "fora da lei": com sua economia de subsistência, fora da lei capitalista de produção; com sua cultura, fora dos padrões da cultura dominante".

O maior grau de violência contra os povos indígenas está ligado à ocupação indevida e ao desrespeito pelas suas terras. "Sem terra garantida, não há condições de sobrevivência para eles. Por isso, o genocídio ou extermínio físico de um povo - e o etnocídio - seu extermínio cultural - estão diretamente ligados à invasão, à cobiça e à espoliação das terras indígenas".

O documento faz uma rápida análise sobre a destruição dos povos indígenas com a conseqüente redução de população dos grupos, desde o tempo em que a história oficial chama de "povoamento" do Brasil. Assim, por volta de 1.500, as populações indígenas eram estimadas em cinco milhões de pessoas e hoje não são mais de 200 mil indivíduos.

Mas por outro lado, diz o documento que a "destruição física, o genocídio dos povos indígenas, não é a única forma de fazê-los desaparecer. Forma bem mais sutil é o etnocídio, a destruição do seu modo de vida, da sua organização social e da sua cosmovisão. O etnocídio é a destruição de um povo por dentro; é a destruição de sua alma que acaba destruindo o seu corpo; é a destruição de sua cultura".

Exemplos nítidos dessa destruição são apontados pelo Cimi. É o caso de grupos indígenas como os Juma, que habitavam o interior do município de Taipauá (AM), metralhados em 1960; os Cinta Larga, que em 1963 foram vítimas do Massacre do Paralelo II; e atualmente os Parakanã, que somente nesta década foram transferidos cinco vezes.

Fatos como estes reforçam, conforme o documento, a necessidade de demarcação das terras indígenas, que representa a defesa fundamental contra essa violência. "A defesa da terra visa a autodeterminação dos povos e das nações indígenas dentro do território maior da sociedade nacional e das Américas".